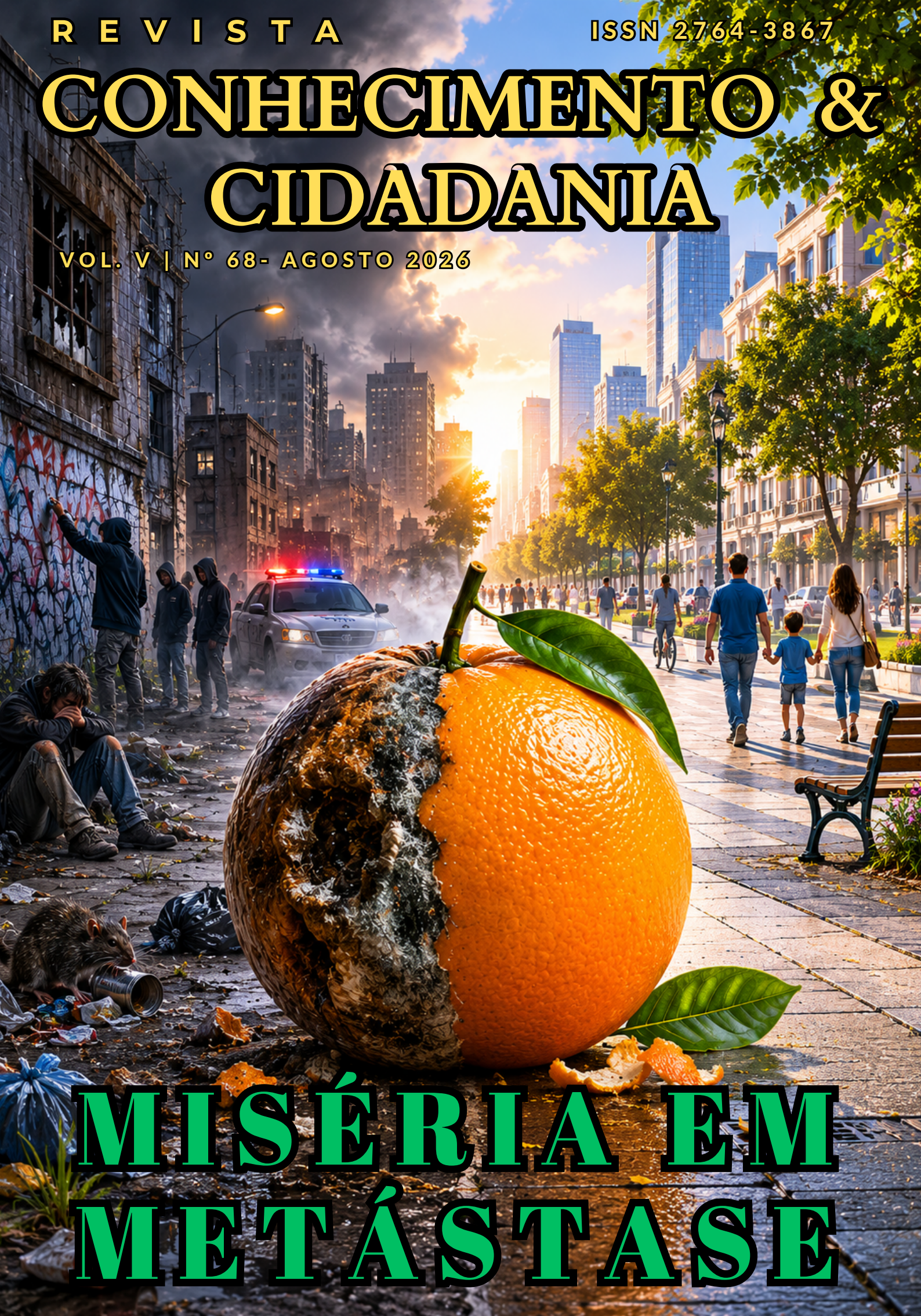


REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. V | Nº 68 - AGOSTO 2026



MISÉRIA EM METÁSTASE

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Designer de capa
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Danielly Jesus
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. V – Nº 68
Agosto de 2026
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, professor de Direito, idealizador do projeto Direito nas Escolas, autor do livro: Direito nas Escolas e Diretor na Associação Brasileira de Juristas Conservadores

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotfy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

Miséria em metástase



A sabedoria popular nos alertava quanto às laranjas podres e sua capacidade de contaminar as demais, evidenciando que algo nocivo pode estragar frutos bons ao seu redor pelo contato, portanto, resta claro que a corrosão é contagiosa e devemos extirpar o mal antes que ele contamine tudo aquilo que o cerca. Nas palavras sagradas, separar o joio do trigo.

O famoso cantor de reggae Bob Marley morreu devido a complicações de uma infecção em um de seus membros inferiores, entretanto, relata-se que a vida de Marley poderia ser salva se ele concordasse em amputar o membro, todavia, em razão de sua crença, que não admite o procedimento Bob Marley se recusou a autorizar que os médicos retirassem seu membro infeccionado e acabou falecendo por consequência. No caso do astro do reggae a decisão é compreensível, posto que, sua fé renegava o procedimento médico, logo, para salvar sua vida, Bob Marley teria de renunciá-la e, mesmo não crendo no Rastafari, não há como negar o valor de um homem que morre por aquilo que acreditava. A opção entre a vida e a salvação espiritual sempre será uma prova difícil e a escolha merece certo grau de complacência por parte daqueles que não precisaram fazê-la.

O ponto não é debater se Bob Marley estava certo ou não, pois sua escolha foi pautada por aquilo que verdadeiramente acreditava, caso contrário, não abriria mão de sua própria vida, mas entender que, quando não retirada do meio das outras, a laranja podre poderá custar todo o fardo.

A Nova Iorque degradada de outrora, a atual parece querer voltar a aqueles tempos, experimentava altos índices de criminalidade que devastava as áreas mais pobres e desvalorizava as de médio padrão. O povo nova-iorquino temia caminhar pelas ruas durante a noite, alguns lugares eram evitados até o período diurno, assistia os empregos formais e investimentos na cidade despencarem, ao passo que as gangues tomavam cada vez mais espaços e os serviços públicos se mostravam ineficientes. A cidade dava sinais de decadência e tudo indicava que a era dourada da capital financeira do mundo jamais voltaria, Nova Iorque entraria para história como um gigante de luxo, concreto e aço que sucumbiu devorado pelo caos das gangues e os ratos que chafurdavam as lixeiras, muito parecido com o cenário atual de grandes cidades do ocidente.

Era preciso identificar e resolver o problema, sendo aventada a possibilidade de colocar em prática a política denominada de “tolerância zero”, sustentada na “teoria das janelas quebradas”, o então governo nova-iorquino decidiu que adotaria uma política de segurança pública enérgica, que não tratava o problema com indiferença ou paliativos que tão somente retardariam o seu avanço. A decisão corajosa passava por enfrentar desde os menores desvios aos grandes distúrbios sem acovardamento ou leniência.

A teoria em tela prega que nenhuma janela deveria ser deixada quebrada, pois a simples imagem de desleixo incentivaria que outras janelas tivessem igual destino, ilustrando as janelas como os pontos mais frágeis em uma sociedade e a destruição delas como agressões de menor importância, a teoria das janelas quebradas propõe um ambiente hipotético em que há um prédio no qual é possível ver uma única janela quebrada, algo que não seria, em si, um sinal de abandono, entretanto, na hipótese aventada, a janela quebrada não era reparada e com o passar dos dias outra janela aparecia quebrada, talvez crianças voltando da escola atirassem pedras contra o prédio, uma vez que a primeira janela quebrada não parecia incomodar os proprietários, quebrar uma segunda não aparentava algo grave.

Como a segunda janela também não era consertada, talvez pelo real abandono, pela impossibilidade de fazê-lo ou, em última análise, pela degradação não incomodar os proprietários, outras janelas eram depredadas na sequência. Quando a maioria das janelas estava destruída, a degradação avançaria e reparar o estrago tronava-se cada vez mais caro e difícil, caso nenhuma medida enérgica fosse tomada, outras depredações apareceriam. A única solução era reparar os danos e coibir aqueles que apedrejavam as janelas, uma medida enérgica que precisava ser posta em prática o quanto antes, uma vez que, procrastinar tornaria a recuperação mais difícil tendo em mente que a degradação avançaria.

No plano da realidade nova-iorquina reparar os danos significava cuidar da cidade, vigiando para prevenir e restaurando a infraestrutura, ao passo que, coibir os apedrejadores era a árdua tarefa de reprimir criminosos, do vandalismo ao crime organizado, o governo de Nova Iorque se propôs ao combate, não sendo tolerante com os infratores que vilipendiavam os cidadãos de bem. A cidade se

recuperava como alguém que se cura de uma moléstia grave através de um tratamento pesado e eficaz, a Nova Iorque de décadas anteriores voltava ressurgindo e seus habitantes podiam voltar a caminhar pelas ruas sem o medo daquele período de trevas.

A política de tolerância zero, que resolvia o problema da maior metrópole do leste americano, cobrava um preço, haja vista que, trazia paz aos cidadãos, mas usava a força contra os infratores que, naturalmente, reagiriam diante da ação enérgica do poder público. A reação seguia por duas vertentes.

A reação direta e imediata era a violência contra os agentes do governo, criminosos que não estavam dispostos a perder seu poder, tampouco deixar sua atividade, tornavam-se mais violentos, exigindo que as forças de segurança tomassem medidas cada vez mais enérgicas. Tal reação surtiria um efeito rápido, mas não se sustentaria ao longo do tempo, de maneira que, mantendo-se a política de tolerância zero, os criminosos teriam suas forças esgotadas e adotariam uma posição de cautela, escondendo-se entre as sombras e ousando cada vez menos, a violência tornar-se-ia controlada, embora não fosse extinta, reduziria sua influência gradativamente.

Uma reação indireta, não promovida pelos criminosos, e mediata, pois procurava um efeito de longo prazo, viria dos atores políticos do espectro progressista. As vozes dos revolucionários bradavam contra aquilo que chamavam de repressão excessiva do aparato policial e judicial, como esperado, a política que salvava Nova Iorque incomodava o campo progressista como a quimioterapia ao câncer, longe dali, governos adeptos das pautas revolucionárias empregavam políticas de segurança de tolerância total, sendo lenientes ou até promíscuos em relação ao crime. Os órgãos que deveriam atuar para coibir as práticas delituosas se corrompiam ou eram anestesiados, enquanto a produção acadêmica, dominada por progressistas que se coroavam com títulos dados por seus mestres, se voltava a dar respaldo às narrativas que enalteciam a degradação cultural e rechaçavam medidas enérgicas contra os infratores.

A glamourização da degradação, fez da miséria um espetáculo, enalteceu o crime organizado, transformou criminosos em vítimas, aleijou as forças de segurança pública, criou a ideia de um Judiciário “garantista” que só buscava garantir os direitos humanos para infratores e vilipendiou a figura do cidadão de bem, uma vez que, para o revolucionário não existe conceito que não seja volátil e o bem é aquilo que se presta à sua intent.

As favelas se expandiam ao passo que eram relegadas ao controle de facções criminosas com raízes nos movimentos revolucionários e os cidadãos sujeitos ao chamado poder paralelo tiveram que, pela força ou sedução, reconhecer a legitimidade de uma guerrilha cada vez mais estruturada. As grandes cidades se tornaram hospedeiros de figuras nefastas que usavam os miseráveis como escudos humanos e outras, talvez ainda mais abjetas, que, dentro de seus gabinetes e grupos de estudo, criavam teorias para justificar as ações dos criminosos que assolavam a população.

De políticos que se apresentavam como defensores dos mais pobres, mas nunca se importaram quando o rico e poderoso crime organizado subjugava os que viviam nas comunidades carentes, a juristas que observavam violações em quaisquer ações que reprimissem os infratores, mas eram incapazes de pregar que suas vítimas tivessem a proteção adequada, passando por cientistas que tentavam justificar as condutas desviantes dos membros das facções, sempre sugerindo que a sociedade deveria ser complacente com seus algozes, as grandes cidades foram tomadas pela degradação e perderam sua capacidade de reação. Parece-nos que, abaixo do trópico de câncer a incapacidade de se opor à degradação ou a vontade deliberada em espalhar e explorar a miséria se tornou uma bola de neve fora de controle.

A degradação programada como meio de promover a miséria sobre a sociedade, uma forma de ministrar uma medicação que, diverso do esperado, acelera o avanço do câncer, entrega os cidadãos ao julgo de facínoras que não prestam contas de seus atos e podem, livremente, impor sua vontade. Os mesmos revolucionários que pregam a pena de morte aos reacionários ou aceitam crimes bárbaros como forma de resistências, considerando que não sendo um somellier de resistência é possível aceitar até o estupro coletivo como fizeram o Hamas e o Exército Vermelho no passado, são os que pregam a não violência como tratamento às organizações criminosas, sugerindo no máximo que se desarmem fuzis com pedras.

A miséria trazida pela degradação avança sobre a cidade e as favelas se tornam cada vez mais influentes ao passo que os bairros estruturados perdem valor e segurança. Cartões postais como o Rio de Janeiro deixam de atrair turistas e convidam o carioca a deixar sua terra natal, as paradisíacas praias do sul da Bahia, o litoral paulista, a Região dos Lagos fluminense e tantas outras, recebem forte influencia do crime organizado e se tornam menos convidativa ao progresso e a visitantes.

A mesma fonte de miséria que corroeu a Argentina luta para recuperar seu poder naquele país, mesmo tendo destruído países como Venezuela, Cuba e Nicarágua, alegando que seus líderes se preocupam com o chamado bem estar social, mas a verdade evidencia que a degradação é o método de se manter no poder criando a dependência do indivíduo em relação ao Estado e usando as organizações para impor regras que não seriam bem vistas se editadas pelo poder formal. Apesar de regimes, como o iraniano, não se preocupar com a reputação diante das claras violações, regimes não tão bem estabelecidos precisam se fingir de democráticos, como outrora a Nicarágua fazia, portanto, as organizações criminosas tornam-se indispensáveis para que violações, por elas praticadas, não repercutam no Estado, em que pese colaborado ao deixar bolhas de soberania sob o julgo dos criminosos.

A degradação destruirá tudo aquilo que a cerca como a laranja podre e fará com que reste apenas o câncer sem corpo, entretanto, não haverá como sustentar uma massa destruída quando for tarde demais, a revolução do lumpemproletariado caminha em cada viela abandonada e entregue ao crime organizado.

Leandro Costa

A miséria, que não é uma falência financeira, pois esta também é programada para que os indivíduos só acessem suas necessidades básicas, mas a degradação de toda a sociedade é promovida e não apenas uma falha na elaboração de soluções.

Os líderes revolucionários se alimentam da miséria e lutaram para espalhá-la por todo o canto, pois é em meio ao caos que pretendem tomar o poder à força. Não é obra do acaso a destruição que o progressismo espalhou pela Europa, até a Torre Eiffel será corroída pela urina de invasores, tudo decorre de uma engenhosa tática de destruir para conquistar e os líderes progressistas europeu abriram suas fronteiras para indivíduos hostis para que, em meio à crise, possam impor sua utopia.

Resistir a degradação é evitar que a barbárie cubra cada canto da civilização ocidental, pois, como o Império Romano, a destruição de um gigante pode vir de seu interior, como um câncer que corrói todas as células e espalha sua podridão a laranja podre fará de todas aquelas ao seu redor tão apodrecidas como ela.

Leia também: [Árvores no outdoor](#)



ENTRE O ALERTA E A ESCOLHA

O mês em que o país começa a decidir quem deseja ser

Agosto costuma ser um mês silencioso. Não tem o frenesi do início do ano, nem a urgência de dezembro. Mas, em 2026, ele chega carregado de um significado especial. Depois das reflexões de “Acorda, meu irmão! Acorda, Brasil!” e “Quando a Sirene Tocar”, torna-se impossível atravessar este mês sem perceber que estamos sendo conduzidos a um ponto de decisão; não apenas política, mas moral e espiritual.

Refletimos sobre o jeitinho: essa prática aparentemente inofensiva que, quando normalizada, corrói a integridade coletiva e prepara o terreno para escândalos maiores.

Depois, fomos surpreendidos pela sirene da madrugada, um alerta hackeado que, embora tecnicamente falso, expôs uma verdade profunda: nem todos despertam ao mesmo tempo, nem todos percebem os sinais, nem todos têm ouvidos atentos.

Até agora, o país caminhou por dois momentos: o da consciência e o do despertar; e se aproxima de um terceiro: o da escolha.

A maturidade de um povo se revela antes do voto.

O processo eleitoral não começa em outubro. Ele começa muito antes, quando cada cidadão é convidado a refletir sobre o tipo de sociedade que deseja construir.

O voto é apenas o gesto final de uma decisão que se forma lentamente, no íntimo, ao longo de meses.

Se no penúltimo artigo mostramos que a corrupção nasce no cotidiano, então agora somos obrigados a fazer a seguinte pergunta: *Que valores estamos dispostos a levar para a urna?*

Se no último artigo percebemos que nem todos despertam ao mesmo alerta, então agora somos convidados a examinar se estamos realmente atentos; ou apenas seguindo o fluxo.



Juliette Oliveira

O debate público costuma se concentrar em promessas, slogans e discursos. Mas a escolha de um representante não deveria começar pelo que ele diz, e sim pelo que ele é. Afinal, como lembrava a reflexão do penúltimo mês, “quem é injusto no pouco, também é injusto no muito”.

Agora é o mês de olhar para além da propaganda.

De observar atitudes, coerência, postura, histórico.

De perguntar não apenas *o que alguém promete*, mas *como alguém vive*.

Porque o voto não é apenas um instrumento político.

É um espelho moral.

A sirene em Junho nos ensinou que há alertas que ultrapassam o silencioso. E, espiritualmente, isso é ainda mais verdadeiro.

A Bíblia nos chama à vigilância; não apenas para a vida eterna, mas para a vida presente: **“Desperta, tu que dormes”**, diz Efésios 5,14.

Agora é a hora de despertar para a responsabilidade cívica.

De perceber que a fé não se desconecta da vida pública.

De entender que valores espirituais também moldam escolhas sociais.

Não se trata de transformar política em religião, mas de reconhecer que ética, verdade e justiça são princípios que atravessam todas as esferas da existência.

A escolha é uma semente

O país que teremos em 2027 começa no voto de 2026.

E o voto de 2026 começa na reflexão de agora.

Agora é o mês de preparar o terreno.

De ajustar a consciência.

De confrontar incoerências.

De abandonar o “jeitinho” e abraçar a integridade.

De ouvir o alerta antes que seja tarde.

Que tipo de líder desejamos?

Que tipo de sociedade queremos?

Que tipo de valores estamos dispostos a defender?

Porque a escolha que faremos não será apenas sobre quem governará o país, mas sobre quem nós somos enquanto povo.

E talvez essa seja a pergunta mais importante deste mês:

Quando a sirene da consciência tocar, você estará desperto?

Você é de Direita ou de Esquerda?



A pergunta que dá título a este artigo é interessante. Ela serve como invocação mágica para retirar todos os mantos que encobrem a verdade oculta de cada pessoa. É como se pudéssemos definir uma pessoa com uma palavra. Vivemos obcecados por rótulos. Em conversas de bar, nas redes sociais ou em debates eleitorais, a pergunta surge quase como um teste de lealdade: "Você é de direita ou de esquerda?" Como se a complexidade da condição humana, com suas contradições, valores, crenças e interesses, pudesse ser reduzida a dois grandes times ideológicos.

Essa classificação, entretanto, tem uma origem histórica bastante específica e razoavelmente conhecida. Durante a Revolução Francesa, em 1789, na Assembleia Nacional Constituinte, os deputados favoráveis à preservação de maiores prerrogativas para o rei sentavam-se à direita do presidente da Assembleia, enquanto aqueles que defendiam mudanças mais profundas ocupavam os assentos à esquerda. Uma disposição física acabou transformando-se em linguagem política.

As divergências entre tradição e mudança, liberdade e autoridade, igualdade e hierarquia, contudo, são muito anteriores à Revolução Francesa. O que ocorreu em 1789 foi a cristalização dessas tensões em uma classificação espacial que, ao longo dos séculos seguintes, passou a organizar partidos, movimentos e identidades políticas. A divisão entre direita e esquerda deixou de apenas descrever divergências para também influenciar a forma como elas passaram a ser percebidas. Um instrumento criado para classificar a realidade política acabou, pouco a pouco, contribuindo para moldá-la.

Toda classificação é útil enquanto amplia nossa compreensão da realidade. Quando passa a ocultar mais diferenças do que revela semelhanças, transforma-se de instrumento de análise em obstáculo ao

Mauricio Motta

conhecimento. É justamente esse o problema da tradicional divisão entre direita e esquerda. Mais do que simplificar a realidade, ela induz à falsa impressão de que posições econômicas, religiosas, filosóficas, morais e culturais cabem no mesmo pacote simbólico.

O resultado é que socialistas e capitalistas, progressistas e conservadores, ateus e crentes, pró-vida e defensores do aborto, pacifistas e armamentistas, reacionários, libertários e tantas outras correntes acabam comprimidos em apenas dois grandes campos. A própria pergunta "você é de direita ou de esquerda?" já pressupõe que todas essas categorias caminham necessariamente juntas, quando, na realidade, pertencem a dimensões distintas da experiência política e humana.

A falta de clareza conceitual produz contradições evidentes. Um cristão socialista que defende a propriedade coletiva ou forte intervenção estatal em nome do Evangelho é colocado no mesmo campo de ateus materialistas que consideram a religião um instrumento de dominação, mas que ao mesmo tempo defendem uma forte atuação no social. No lado oposto, um defensor da economia liberal pode defender forte presença estatal em questões de segurança pública, imigração ou costumes, combinando liberalismo econômico com conservadorismo cultural. Essas aparentes incoerências não são exceções. Tornaram-se a regra desde que se passou a tratar a política como um único eixo de classificação.

A diversidade (e a contradição) dentro dos campos

No espectro da direita, o leque é amplo e frequentemente conflituoso. Liberais clássicos e libertários defendem o livre mercado, a propriedade privada, a limitação do poder estatal e forte ênfase nas liberdades individuais. Anarcocapitalistas desejam levar o individualismo e o liberalismo às últimas consequências. Conservadores culturais priorizam a família, a religião, as tradições históricas e a soberania nacional. Reacionários vão além: rejeitam não apenas o progressismo contemporâneo, mas também aspectos centrais da própria modernidade liberal-democrática, desejando restaurar modelos políticos e sociais não democráticos, como o regime militar; outros ainda sonham com o retorno da monarquia.

Há quem defenda o casamento homoafetivo por entendê-lo como consequência natural da liberdade individual e, simultaneamente, se oponha às quotas raciais ou à ideologia de gênero nas escolas. Cristãos sociais admitem o aborto em circunstâncias específicas, mas rejeitam o estatismo econômico. Armamentistas consideram o porte de armas uma extensão do direito à legítima defesa, enquanto pacifistas cristãos sustentam a não violência como princípio moral absoluto.

Céus!!! Tudo isso ocorre no seio da direita brasileira, uma torre de Babel de ideologias políticas.

Do lado da esquerda, a heterogeneidade é igualmente evidente. Socialistas revolucionários, socialistas democráticos, social-democratas, progressistas liberais, sindicalistas tradicionais, ambientalistas radicais e movimentos identitários convivem sob o mesmo rótulo, embora proponham projetos bastante

Mauricio Motta

distintos. Alguns defendem ampla socialização da economia; outros aceitam plenamente o capitalismo, desde que fortemente regulado.

Há ainda correntes minoritárias, como determinados libertários de esquerda, que procuram conciliar amplas liberdades individuais com críticas às desigualdades econômicas e apoio a pautas progressistas. Ateus materialistas convivem com religiosos progressistas que reinterpretem a fé sob a ótica da Teologia da Libertação.

Também existem, em algumas franjas nacionalistas ou reacionárias em ambos espectros políticos, correntes com viés antissemita. Entretanto, tais posições contradizem os próprios fundamentos que afirmam defender. Um conservadorismo baseado na tradição judaico-cristã dificilmente encontra sustentação doutrinária para o antissemitismo. Frequentemente associadas à confusão entre críticas ao Estado de Israel e hostilidade ao povo judeu, trata-se muito mais de uma deformação ideológica do que de consequência lógica de seus princípios.

Observados lado a lado, esses exemplos revelam um problema fundamental: categorias econômicas, religiosas, morais, filosóficas e culturais passaram a ser tratadas como se pertencessem a uma única classificação política. O resultado são dois grandes blocos internamente heterogêneos, nos quais convivem posições frequentemente incompatíveis entre si.

A captura de pautas pela esquerda

Para compreender essa grande confusão conceitual que chamamos genericamente de “direita e esquerda”, precisamos entender um movimento lento, na maioria das vezes discreto, posto em prática com disciplina monástica ao longo das últimas décadas, que foi a associação progressiva de determinadas causas à esquerda cultural e política. Defesa das mulheres, proteção aos trabalhadores, causas sociais, direitos das minorias, ambientalismo, direitos humanos e igualdade passaram a ser percebidos, no imaginário coletivo, como patrimônios naturais de um único campo ideológico. A consequência foi a criação de uma espécie de monopólio moral dessas pautas.

Essa associação produziu um efeito importante no debate público. Gradativamente, passou-se a confundir críticas a determinadas políticas ou interpretações com oposição aos próprios valores que elas alegam representar. Em outras palavras, deixou-se de discutir como defender certos princípios para discutir quem teria legitimidade para defendê-los.

Os exemplos são numerosos.

A defesa da mulher passou a ser frequentemente identificada com determinadas correntes do feminismo contemporâneo e com postulados específicos da terceira e quarta ondas feministas. Questionar políticas relacionadas ao esporte feminino, ao sistema prisional, aos critérios biológicos ou a determinadas

Mauricio Motta

abordagens educacionais passou, muitas vezes, a ser interpretado como demonstração de misoginia, ainda que a crítica recaia sobre soluções concretas, e não sobre a dignidade ou os direitos das mulheres.

As causas sociais e das minorias também passaram a ser enquadradas predominantemente sob uma lógica identitária. Quem critica o multiculturalismo sem assimilação, políticas públicas baseadas em identidade ou determinados aspectos do ativismo LGBT frequentemente é acusado de racismo, xenofobia ou homofobia, mesmo quando defende a igualdade jurídica de todos os cidadãos perante a lei.

A defesa dos trabalhadores tornou-se amplamente associada ao sindicalismo e ao intervencionismo estatal. Em consequência, propostas fundamentadas no crescimento econômico, na liberdade de empreender, na redução da burocracia, na qualificação profissional ou no fortalecimento da atividade privada passaram a ser apresentadas como necessariamente contrárias aos interesses dos mais pobres, ignorando que diferentes tradições econômicas oferecem caminhos distintos para enfrentar a pobreza e ampliar a prosperidade.

O próprio conceito de igualdade sofreu uma transformação significativa. A igualdade liberal clássica — igualdade perante a lei — foi gradativamente substituída, em muitos discursos, pela ideia de igualdade de resultados, legitimando políticas de discriminação compensatória, sistemas de quotas e diferentes formas de engenharia social. Quem permanece defendendo a igualdade jurídica passa, por vezes, a ser acusado de insensibilidade social justamente por sustentar o conceito histórico que deu origem ao constitucionalismo liberal moderno.

Até pautas como ambientalismo e direitos humanos passaram, em muitos contextos, a ser tratadas como bandeiras exclusivas da esquerda. Dessa forma, críticas a determinadas soluções estatistas, à instrumentalização política de agendas ambientais ou à seletividade na defesa dos direitos humanos frequentemente são apresentadas como demonstrações de negacionismo ou de indiferença ética, quando muitas vezes representam apenas divergências quanto aos meios empregados.

Essa captura simbólica produz um efeito perverso sobre o debate democrático. Em vez de discutir propostas, discutem-se identidades. Em vez de avaliar políticas públicas por seus resultados, julgam-se pessoas pelo campo ideológico ao qual supostamente pertencem. O debate racional cede espaço à disputa por superioridade moral.

Entretanto, seria intelectualmente desonesto atribuir esse problema exclusivamente à esquerda.

Em determinados setores da direita, especialmente nas correntes liberais mais radicais e em parte do libertarianismo, observa-se fenômeno semelhante, embora em direção oposta. A defesa da liberdade individual, princípio indispensável às sociedades livres, pode transformar-se em um individualismo absoluto, capaz de minimizar a importância da família, das comunidades, da solidariedade espontânea e dos deveres cívicos. Quando elevada à condição de valor único, a liberdade pode deixar de dialogar com

Mauricio Motta

outras dimensões da vida social e passa a oferecer respostas simplificadas para problemas cuja solução exige cooperação, confiança mútua e responsabilidade compartilhada.

Assim como a esquerda corre o risco de transformar causas legítimas em projetos ideológicos abrangentes, determinados setores da direita correm o risco de absolutizar princípios igualmente legítimos. Em ambos os casos, a realidade deixa de ser observada em toda a sua complexidade para ser interpretada a partir de um único valor organizador.

Como diria uma conhecida comentarista: “Por que a binariedade é prejudicial? Entenda...”

A classificação dos cidadãos em apenas dois grandes campos não constitui mera simplificação didática. Ao longo do tempo, ela passou a influenciar a própria forma como partidos políticos, meios de comunicação, movimentos sociais e eleitores compreendem a realidade. O mapa deixou de apenas representar o território; passou também a moldá-lo.

Esse processo favorece a formação de grandes coalizões eleitorais compostas por grupos que compartilham poucos princípios fundamentais, mas permanecem unidos em razão da oposição ao campo adversário. A identidade política deixa de ser construída pela coerência interna das ideias e passa a depender, sobretudo, da existência de um adversário em comum. Entretanto, se serve de consolo, o fato não é novo. Nos anos 60 do século passado, setores da chamada direita se uniram a tradicionais adversários de esquerda contra um mesmo adversário: os militares de 1964.

Não surpreende, portanto, que partidos frequentemente apresentados como adversários irreconciliáveis revelem, quando analisados com maior profundidade, diferenças menores do que seus discursos sugerem. Divergem em temas importantes, sem dúvida, mas frequentemente compartilham estruturas semelhantes de organização, estratégias de poder e concepções bastante próximas sobre diversos aspectos da atuação estatal. A lógica binária tende a ampliar diferenças secundárias e obscurecer convergências relevantes.

“Nada se assemelha mais a um ‘Saquarema’ (conservador) que um ‘Luzia’ (liberal) no poder”
(Antônio de Paula Holanda Cavalcanti - Político pernambucano do Segundo Reinado.)

O cidadão comum acaba sendo induzido a escolher um lado antes mesmo de examinar os argumentos. A fidelidade ao grupo frequentemente substitui o exame crítico das propostas. Contradições internas passam a ser toleradas porque a identidade tribal torna-se mais importante do que a coerência filosófica.

Uma abordagem intelectualmente mais honesta exige abandonar a bipolaridade. A realidade é multidimensional. Um indivíduo pode defender liberdade econômica, conservadorismo moral, descentralização administrativa, preservação ambiental, garantias individuais e responsabilidade fiscal sem

Mauricio Motta

que essas posições o transformem em representante coerente de qualquer dos dois grandes campos tradicionais.

Mais importante do que perguntar "de que lado você está?" é perguntar quais princípios orientam determinada proposta, quais evidências a sustentam e quais consequências práticas ela tende a produzir. O debate político amadurece quando deixa de girar em torno de identidades coletivas e passa a concentrar-se na qualidade dos argumentos.

A disposição circunstancial dos assentos de uma assembleia revolucionária francesa, há mais de dois séculos, acabou tornando-se um dos principais filtros pelos quais o Ocidente aprendeu a interpretar a política. Talvez tenha servido ao seu tempo. Hoje, porém, esse filtro frequentemente oculta mais do que revela. A classificação deixou de ser apenas uma forma de compreender a realidade e passou a influenciar a própria maneira como ela é organizada.

Talvez seja justamente por isso que tantos cidadãos tenham a impressão de que mudam os partidos, alternam-se os governos, renovam-se os discursos, mas certas estruturas permanecem surpreendentemente semelhantes. Enquanto continuarmos presos a uma dicotomia que reduz a complexidade da vida política a dois grandes blocos, permaneceremos discutindo rótulos quando deveríamos discutir ideias.

A pergunta inicial, portanto, talvez revele mais sobre as limitações da própria classificação do que sobre quem a responde. Para muitos cidadãos, a resposta mais honesta poderá ser simplesmente esta: não me identifico com um rótulo; tenho meus princípios e valores, procuro avaliar cada ideia à luz dos princípios e valores compatíveis com os meus, de suas evidências e de suas consequências.

Isso não representa indecisão política. Representa coerência intelectual.

Leia também: [O correio da liberdade](#)

A problemática da perpetuação do assistencialismo



“Nunca deixará de haver pobres na terra...” (Deuteronômio 15.11)

“Quanto aos pobres, vós sempre os tereis convosco...” (João 12.8)

No mundo sempre existirão dois tipos de pessoas: os ricos e pobres, independente do por quê essas pessoas o são. Esta é a segunda realidade incontestável (a primeira é a morte). E ajudar aos necessitados sempre foi algo presente em nosso cotidiano.

E foi se utilizando desta realidade que a ala progressista inventou o assistencialismo, que é diferente da caridade. Esta é quando eu ajudo ao próximo com o meu dinheiro; àquele é quando eu quero fazer isso com o dinheiro dos outros.

A própria Bíblia nos mostra um exemplo interessante sobre isso:

“Então, Maria pegou uma litra. Isto é, cerca de 0,5 litro. de nardo puro, que era um perfume caro, derramou-o sobre os pés de Jesus e os enxugou com os cabelos. E toda a casa se encheu com a fragrância do perfume.

Entretanto, um dos seus discípulos, Judas Iscariotes, que mais tarde iria traí-lo, objetou:

Danielly Jesus

Por que este perfume não foi vendido e o dinheiro dado aos pobres? Seriam trezentos denários. O denário era uma moeda de prata equivalente à diária de um trabalhador braçal.

*Ele não falou isso por se interessar pelos pobres, **mas porque era ladrão** e, sendo responsável pela bolsa de dinheiro, costumava tirar o que nela era colocado.” (João 12:3-6)*

Nosso Senhor Jesus Cristo explicou exatamente como funciona a mente dos assistencialistas: eles mesmos não “colocam a mão no bolso”, como falamos popularmente, mas querem que outros o façam. E não por amor legítimo, mas para que, de alguma forma, este valor seja desviado.

O atual ditado afirma que “se tem placa, tem história”. No caso, Jesus colocou a “placa” antes do acontecido.

Os Estados Unidos, terra da liberdade, já sofreu com severas privações, especialmente no período da Grande Depressão. Ela foi a maior crise econômica do século XX e teve início em 1929, nos Estados Unidos, espalhando-se rapidamente para diversos países. Ela não foi causada por um único fator, mas por uma combinação de problemas econômicos e financeiros que se acumularam durante a década de 1920.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), os Estados Unidos viveram um período de forte crescimento econômico, conhecido como os "Loucos Anos 20". A produção industrial aumentou, o consumo cresceu e milhões de pessoas passaram a investir na Bolsa de Valores de Nova York.

Muitos investidores compravam ações com dinheiro emprestado, acreditando que os preços continuariam subindo indefinidamente. Esse movimento criou uma bolha especulativa, em que o valor das ações crescia muito mais rápido do que o desempenho real das empresas.

Enquanto as fábricas produziam cada vez mais bens, os salários não cresceram no mesmo ritmo. Isso fez com que a capacidade de consumo da população começasse a diminuir.

Ao mesmo tempo, agricultores enfrentavam dificuldades devido à queda dos preços agrícolas e ao excesso de produção. Com estoques elevados e demanda insuficiente, empresas passaram a reduzir investimentos e demitir trabalhadores.

O ponto de ruptura ocorreu em 24 de outubro de 1929, conhecido como "Quinta-feira Negra" (Black Thursday), quando milhares de investidores correram para vender suas ações.

Nos dias seguintes, as perdas se intensificaram, culminando no "Black Tuesday", em 29 de outubro de 1929, quando milhões de ações foram vendidas em pânico, provocando um colapso no mercado financeiro.

Com a queda da Bolsa, muitos bancos perderam grande parte de seus recursos, pois haviam financiado investimentos especulativos ou aplicado diretamente no mercado de ações.

Sem confiança no sistema financeiro, milhares de pessoas correram para sacar suas economias. Como os bancos não possuíam dinheiro suficiente para atender todos os clientes, centenas deles quebraram.

Danielly Jesus

Sem crédito e com a economia em retração, empresas fecharam ou reduziram drasticamente suas operações.

Entre 1929 e 1933, a produção industrial americana caiu cerca de 47%, o PIB dos Estados Unidos encolheu aproximadamente 30% e o desemprego chegou a cerca de 25% da força de trabalho, atingindo cerca de 13 milhões de pessoas.

A Grande Depressão revelou que crises econômicas profundas poderiam deixar milhões de pessoas sem emprego, renda e acesso a necessidades básicas.

É aqui que se inicia a saga assistencialista.

O New Deal (em português, novo acordo ou novo contrato) foi uma série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, além de auxiliar os prejudicados pela Grande Depressão.

O New Deal foi dividido em duas etapas: na primeira, foram elaboradas uma série de políticas públicas em torno de 3 'Rs': Relief, Recovery, Reform (Alívio, Recuperação e Reforma).

O Estado, portanto, agiria em vias de aliviar a situação financeira de setores mais afetados pela crise econômica, como os agricultores e jovens desempregados por meio de programas imediatos de auxílio (Relief); tentaria recuperar o crescimento econômico através de políticas para reorganizar e equilibrar o orçamento do Estado e exercer um maior controle sobre o sistema bancário americano (Recovery); e criaria reformas políticas que promovessem um maior bem-estar e segurança para a população no longo prazo, assim tentando garantir a continuidade do crescimento econômico do país no futuro (Reform).

Além disso, o governo federal procurou reorganizar os setores agrícola e industrial com maior controle estatal fixando preços, destruindo estoques de gêneros agrícolas, estabelecendo metas específicas de produção para evitar outra crise superprodutiva e assumindo a responsabilidade pela comercialização das commodities.

Já o segundo New Deal agiu de modo distinto: enquanto que no primeiro, um grupo de economistas tentava realizar ações em parceria com o setor privado, no segundo houve uma “guerra” contra o empresariado. Thomas Corcoran, Thurman Arnold, Henry Wallace e Leon Handerson formaram o conselho progressista que direcionou o governo a agir como regulador e articulador da economia do país.

Não há um consenso total sobre se o New Deal realmente atingiu todos os seus objetivos. Sua principal meta quando foi implementado era retirar o país da Grande Depressão e colocá-lo de volta no caminho da prosperidade. Durante o período do New Deal, de fato, a economia americana se fortaleceu e cresceu, mas os problemas internos (como a pobreza e a desigualdade) prosseguiram. Críticos afirmam que

Danielly Jesus

foi na verdade a Segunda Guerra Mundial que reergueu a economia nacional, puxando a produção industrial e o desenvolvimento.

Nas décadas seguintes, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos experimentaram um longo período de crescimento econômico. No entanto, esse crescimento não alcançou a todos as camadas da população.

Em janeiro de 1964, durante seu discurso sobre o Estado da União, o presidente Lyndon B. Johnson declarou uma "guerra incondicional contra a pobreza" ("unconditional war on poverty").

A iniciativa fazia parte de um projeto mais amplo chamado Great Society, que buscava reduzir desigualdades e ampliar oportunidades por meio de políticas públicas.

Johnson defendia que o crescimento econômico, por si só, não seria suficiente para eliminar a pobreza. Era necessário investir em educação, saúde, qualificação profissional e assistência às famílias de baixa renda.

O principal critério para receber os benefícios era a renda familiar.

Em 1964, o governo federal passou a utilizar uma linha oficial de pobreza, calculada com base no custo de uma alimentação mínima e multiplicada por um fator que representava outras despesas básicas da família. Famílias cuja renda ficasse abaixo desse limite eram consideradas elegíveis para diversos programas.

Além da renda, alguns programas tinham requisitos específicos.

- Head Start: destinado a crianças em idade pré-escolar de famílias de baixa renda.
- Job Corps: voltado para jovens entre 16 e 21 anos (posteriormente ampliado), desempregados ou em situação de vulnerabilidade.
- VISTA: não era um benefício financeiro para famílias, mas um programa de voluntariado para atuar em comunidades pobres.
- Medicaid: exigia baixa renda e pertencer a determinados grupos, como crianças, gestantes, idosos ou pessoas com deficiência (as regras variavam entre os estados).
- Programas de alimentação: normalmente exigiam renda abaixo dos limites estabelecidos pelo governo federal.

Com o passar dos anos, os programas assistencialistas governamentais aumentaram e expandiram seu alcance, especialmente a partir de 2009.

O American Recovery and Reinvestment Act (ARRA) foi um pacote de estímulo econômico sancionado pelo presidente democrata Barack Obama. Seu objetivo era conter os efeitos da Grande

Danielly Jesus

Recessão de 2008. A lógica do programa era simples: se empresas e consumidores estavam reduzindo gastos, o governo deveria aumentar seus próprios investimentos para estimular a economia.

E se estado não gera riqueza, com que dinheiro o governo faria isso?

Com o pacote, o governo também ampliou diversos programas sociais, entre eles:

- seguro-desemprego;
- cupons de alimentação (Supplemental Nutrition Assistance Program – SNAP);
- auxílio aos estados para manter escolas e hospitais funcionando;
- recursos adicionais para o Medicaid.

Atualmente, quando se somam os programas assistencialistas federais (como SNAP, seguro-desemprego, assistência a famílias, benefícios para pessoas com deficiência de baixa renda e outros), o Congressional Budget Office (CBO) projeta despesas em torno de US\$ 389 bilhões em 2026. Esse número não inclui o Medicaid nem o Medicare, que aparecem separadamente nas contas do orçamento federal. Somando tudo, o gasto anual ultrapassa facilmente US\$ 2 trilhões.

Quando Lyndon B. Johnson lançou a “Guerra contra a Pobreza”, em 1964, cerca de 19% da população americana vivia abaixo da linha oficial de pobreza. Hoje, um em cada quatro americanos depende de uma forma de assistencialismo.

Ou seja, a longo prazo, a “ajuda” do governo não diminui a pobreza e aumenta a dependência. E pior: para continuar a receber, muitos dão o tal “jeitinho”.

Jesus colocou a “placa” antes do ocorrido, lembra?

Lisa Conyers é uma autora que se dedica a analisar a relação entre políticas econômicas e seus impactos na vida real. Seu trabalho concentra-se principalmente nos gastos públicos estaduais e federais, oferecendo análises de políticas e recomendações de reforma. Ela também aplica sua expertise a temas como assistência social, comércio e políticas regulatórias, focando em subsídios fiscais (estaduais e federais), questões de zoneamento e políticas tributárias e bancárias. Além disso, Ela atua como consultora em filmes e documentários sobre economia e livre mercado.

Lisa é formada em Estudos Americanos, possui mestrado em Gestão e atua como assistente jurídica.

Ela escreveu uma colaboração para a obra “Constituição da Liberdade”, de Tom G. Palmer, tratando justamente do tema assistencialismo. E para quem pensava que o “jeitinho” é “coisa nossa”, os americanos também o possuem.

Em seu texto, Lisa relatou que, visitando uma jovem em Atlanta, que lhe fez o seguinte depoimento: para continuar recebendo o benefício do governo, deveria provar que o bebê, que havia acabado de nascer,

Danielly Jesus

era seu filho. Isso porque era comum mulheres se utilizarem de crianças alheias para prolongar o auxílio do governo.

Outro ponto é o uso do benefício para aquisição de drogas, sejam lícitas ou não. Alguns estados americanos exigem que aqueles que recebem auxílios façam teste de drogas. O estado da Flórida foi mais além ao requerer que os próprios beneficiários paguem o teste.

No Brasil, alguns benefícios governamentais foram unificados no Bolsa Família, programa federal brasileiro de transferência direta de renda (ou seja, dos pagadores de impostos) destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Seu objetivo deveria ser, em tese, complementar a renda dessas famílias, reduzir a insegurança alimentar e ampliar o acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

O programa foi instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, durante o primeiro mandato de Lula. Na prática, começou a operar em outubro de 2003, por meio de medida provisória, unificando iniciativas federais já existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação.

Atualmente, o programa é destinado a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) que atendam aos critérios de renda definidos pelo governo federal. Além da renda, o programa considera a composição familiar, como a presença de crianças, adolescentes, gestantes e lactantes.

Desde a reformulação do programa em 2023, ele passou a prever, entre outros componentes:

- valor mínimo por família;
- adicional por criança de até seis anos;
- adicional por crianças e adolescentes entre sete e dezoito anos incompletos;
- adicional para gestantes;
- adicional para lactantes

O benefício possui condições para que continue sendo pago. Para o governo federal, o Bolsa Família busca:

- reduzir a pobreza e a extrema pobreza;
- combater a fome;
- promover a segurança alimentar;
- ampliar o acesso à saúde e à educação;
- favorecer a inclusão social.

Danielly Jesus

Agora, vejamos o mais importante: o programa atende atualmente cerca de 20 milhões de famílias, alcançando aproximadamente 53 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de um quarto da população brasileira. Contudo, em 2003, 3,6 milhões de pessoas recebiam o benefício. Houve um aumento de cerca de 16 milhões de famílias, ou aproximadamente 444% em relação ao início do programa.

Então, aumentou o número de pobres e miseráveis? Ou o que aumentou foi o número de pessoas DEPENDENTES do programa?

Em fevereiro de 2025, a CNN publicou uma matéria denominada “Bolsa Família, uma emergência de 20 anos”. Observem esta fala de Paulo Tafner, presidente do Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS):

“O fato é que a economia brasileira não teve o desempenho razoável para tirar a gente estruturalmente da pobreza. A melhor forma de tirar as pessoas da pobreza é a geração de emprego”.

Ou seja, por melhor boa vontade que se tenha, o fato é que a perpetuação do assistencialismo não resolve o problema econômico e social na sua raiz.

Agora, um ponto importante: foi no GOVERNO DE JAIR BOLSONARO que houve uma pequena mudança:

“Fabio Giambiagi, economista e pesquisador do FGV/Ibre, ressalta que, ao comparar os períodos de 2019 e 2023, ‘todos os indicadores são unânimes ao mostrar que houve uma redução muito significativa do grau de pobreza e miséria’, destacando sobretudo a renda média no país e o momento do mercado de trabalho”.

Quando há o fomento de empregos – e diminuição de impostos, principalmente – existe a possibilidade de ascensão econômica.

Porém, atualmente, o movimento está em sentido oposto: pessoas estão saindo de seus empregos para depender do benefício. A matéria “Beneficiários do Bolsa Família saem do emprego para receber auxílio? Veja o que dizem especialistas”, publicada no Terra, em julho de 2025, reflete isso.

“O economista Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), que estuda o impacto da expansão do Bolsa Família no mercado de trabalho, afirma que, antes de 2020, o programa não tinha nenhum efeito negativo nos empregos e, inclusive, ajudava o acesso ao trabalho para mulheres e mães. Porém, segundo ele, o cenário mudou nos últimos anos.

‘Com a nova configuração do Bolsa Família, em que o benefício mais que dobrou, começamos a ver evidências de que o programa tem reduzido a participação no mercado de trabalho’, pontuou”.

Lisa Conyers, ao realizar suas pesquisas de campo, descobriu que beneficiários (nem todos, importante ressaltar) gastavam parte ou quase todo o valor em vícios de toda sorte. E com o Bolsa Família, infelizmente, não é diferente.

Danielly Jesus

A matéria “O que se sabe sobre o uso do Bolsa Família para compra de drogas”, publicada pelo jornal Gazeta do Povo em junho deste ano mostra que existe desvio de finalidade da quantia feita por uma parte dos beneficiários.

“Casos recentes registrados por autoridades mostram que cartões e recursos do Bolsa Família aparecem com frequência em ocorrências ligadas à compra de drogas e ao tráfico. O tema voltou ao debate público depois de uma audiência na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, realizada em 9 de junho, que tratou de **denúncias de retenção de cartões do programa por traficantes em troca da entrega de entorpecentes a moradores de rua beneficiários do Bolsa Família**”.

Este não é um artigo que visa fomentar um levante contra o assistencialismo a fim de erradicá-lo. Eu entendo que há famílias deveras necessitadas, que morrerão à míngua se não receberem o benefício. Porém, quando se trata uma ajuda, que alivia um sofrimento imediato, como um “direito”, existe a ideia de que isso deve ser feito para sempre. E, no tocante ao dinheiro, é sempre bom lembrar de que não existe almoço grátis.

Leia também: [Estudando o Fascismo](#)



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoecidadania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidadania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



